



A VIABILIDADE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS A PARTIR DA ELABORAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Kele Cristina da Silva ¹

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais é levantar a possibilidade de viabilização de práticas pedagógicas inclusivas, que alcancem as aprendizagens de todos os estudantes dentro da escola. A educação inclusiva traz um novo olhar para a escola, revisitando os meios de identificação das necessidades e criando mecanismos para a remoção de quaisquer barreiras para a aprendizagem. Para isso, Glat e Blanco (2009) salientam a necessidade de rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que o cotidiano escolar, realimentando “sua estrutura, organização, projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas” (p.16). De acordo com as autoras, mais do que uma proposta educacional, precisamos pensar em uma nova cultura escolar, elaborando uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos. Assim, para que a escola cumpra com a sua função de acolher a todos, as características individuais antes vistas como algum limitador, precisam ser consideradas como relevantes para a adequação do ensino às especificidades de cada um, uma vez que o conceito de necessidade educacional especial está intimamente relacionado à interação do estudante com a realidade educativa que está submetido.

Nesta medida, este trabalho traz apontamentos a respeito do processo de escolarização de três estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no 1º ano do ensino fundamental de um Colégio Federal de Educação Básica, e atendidos pelo Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Diante das especificidades de cada estudante, a necessidade de adequação dos recursos pedagógicos e expectativas previstas para a turma em que estão matriculados, faz-se

¹ Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Colégio Pedro II – RJ, Departamento dos Anos Iniciais, kele.silva.1@cp2.edu.br.



necessária a elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) que atenda as demandas escolares de cada estudante atendido pelo NAPNE, uma vez que este documento oferece subsídios de trabalho e avaliação da aprendizagem de acordo com objetivos individuais.

Nesse sentido, as normativas institucionais garantem o direito desses estudantes e denotam a importância de o setor orientar ações que viabilizem práticas pedagógicas inclusivas, já que

(...) diferenciar as práticas pedagógicas requer rever as diversas dimensões que envolvem o currículo escolar, o que, por sua vez, exige planejamento e intervenções fundadas em avaliações educacionais sistematizadas sobre os processos de ensino e aprendizagem dos alunos. O PEI estabelece uma base de atuação e intervenção pedagógica de forma contextualizada, de acordo com os objetivos propostos para a turma. (PLETSCH, 2013, p. 21)

Sendo assim, os encaminhamentos previstos para a elaboração do documento são divididos em três etapas: entrevista com as famílias, reunião com os docentes e atendimento aos estudantes. O levantamento de informações a respeito do histórico escolar e de vida das crianças junto às famílias auxilia na elaboração dos objetivos individuais, visto que são estudantes em início do processo de escolarização. Junto disso, as reuniões planejadas com os professores fundamentam o planejamento de ações efetivas e, em concomitância, acontece o trabalho intencional com a criança em sala de aula, refletindo todo o processo de elaboração e planejamento das ações individualizadas. Acredita-se assim que, orientados pelas discussões acerca das individualidades, é possível vislumbrar o melhor aproveitamento escolar para esses estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Com o objetivo subsidiar as expectativas individuais de aprendizagem dos estudantes assistidos pelo NAPNE, o Plano Educacional Individualizado (PEI) pauta o processo educativo desses alunos, garantindo o direito à adaptação de conteúdo, estratégias, avaliação e organização da rotina escolar, de acordo com as necessidades individuais. Portanto, todos os professores estão envolvidos no processo, juntamente com a família e equipe pedagógica que atendem os estudantes tornam-se fundamentais na construção de um Plano Educacional coeso e que alcance os objetivos propostos. Para tanto, os encaminhamentos previstos para a elaboração do documento são divididos em três etapas:

1ª etapa: Entrevista com as famílias

Convocação das famílias para uma reunião com a equipe pedagógica, com o objetivo de trazer informações relevantes sobre o desenvolvimento global da criança, histórico de escolarização e expectativas frente ao processo educativo. Junto disso, as informações colaboram com o preenchimento do Inventário do Comportamento Adaptativo, documento integrante do PEI, o qual resgata informações importantes sobre as habilidades conceituais, sociais e práticas de cada estudante, que dão subsídios para o planejamento das estratégias pedagógicas e metodológicas individualizadas.

2ª etapa: Reunião com os docentes – Estudo de Caso.

As reuniões trimestrais de Estudo de Caso visam avaliar as expectativas anteriores, debater as ações exitosas e elencar os objetivos a serem traçados para o trimestre seguinte em cada área do conhecimento. Tais reuniões fundamentam o planejamento de ações efetivas e, trazem elementos para os registros no documento individual do estudante. A partir das informações levantadas e decisões coletivas, os professores elaboram os objetivos e estratégias em consonância com as propostas da turma e especificidades de cada área, pontuando com as adaptações, caso necessário.

3ª etapa: Atendimento aos estudantes.

Em concomitância com a elaboração do PEI, o trabalho pedagógico é desenvolvido com a criança em sala de aula, refletindo o processo de elaboração e planejamento das ações individualizadas. As ações são registradas e avaliadas regularmente e compõem o histórico da criança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de elaboração do PEI oportuniza situações de diálogo entre a equipe e o aprimoramento do olhar para as potencialidades e necessidades dos alunos. Pautados nas expectativas estabelecidas para cada estudante e nos objetivos previstos para a turma em que estão matriculados, o planejamento das aulas oferece participação em momentos coletivos, em concomitância com trabalho colaborativo realizado em parceria com a professora do NAPNE, criando situações de aprendizagem individualizadas, que atenderão as especificidades da criança. No cotidiano escolar, nota-se que estas mudanças curriculares são necessárias para

tornar o currículo mais flexível e dinâmico, implicando em planificações pedagógicas e ações fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, permitindo que os professores repensem seu planejamento e ações de acordo com as respostas dos estudantes (GLAT, 2009).

Observa-se que, a partir do planejamento das expectativas de aprendizagem lançadas no PEI, o trabalho colaborativo desenvolvido entre as professoras do ensino regular e especial torna-se efetivo, na medida que é possível garantir a articulação de saberes entre ensino especializado e regular, combinando as habilidades das duas professoras. Dessa forma, Pletsch (2013) nos traz que

(...) o professor regente da turma traz os saberes disciplinares, os conteúdos, o que prevê o currículo e o planejamento da escola, juntamente com os limites que enfrenta para ensinar o aluno com necessidade especial. O professor do ensino especial, por sua vez, contribui com propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades do estudante, considerando as situações de ensino propostas e as opções metodológicas, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem. (p. 53)

Para a autora, o que caracteriza o ensino colaborativo como uma proposta inovadora não é só a cooperação entre os professores, mas também a presença física de dois professores em sala de aula, com o olhar diferenciado para as demandas individuais de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pode-se considerar que os encaminhamentos para a estruturação do PEI, orientados pelas discussões acerca das individualidades, amplia as possibilidades para se alcançar um espaço mais acolhedor, possibilitando melhor aproveitamento escolar para os estudantes. Deve-se considerar que individualizar o ensino não significa particularizar a ação pedagógica a ponto de segregar o aluno do grupo, mas sim criar situações em que a participação seja efetiva em momentos de aprendizagem coletivos.

Vislumbrando a construção de uma escola a cada dia mais inclusiva, considera-se que o caminho está sendo trilhado. Encontramos desafios a serem superados e distâncias, ainda, a serem diminuídas, entretanto, é possível salientar que ações como a elaboração de um documento como o PEI, coloca os estudantes que apresentam alguma necessidade educacional especial, frente a sua aprendizagem de maneira ativa, considerando-os parte do todo e agentes de sua participação no grupo a qual pertence.



Palavras-chave: Prática pedagógica inclusiva, Educação básica, Plano de Ensino Individualizado, Estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.) **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009, p.15-35.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidade especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RIO DE JANEIRO. Portaria nº 1.610, de 5 de julho de 2022. **Estabelece a diretriz de avaliação de ensino que regula a avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental do Anos Iniciais**. Rio de Janeiro, 2022.

RODRIGUES, D. (Org.). **Educação Inclusiva: dos conceitos às práticas de formação**. 2ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.